

NUESTRA AMÉRICA XXI

DESAFÍOS Y ALTERNATIVAS

GRUPO DE TRABAJO CLACSO
CRISIS Y ECONOMÍA MUNDIAL

CLACSO  **50 AÑOS**

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

#24

Octubre 2018

SEC- CIO- NES:

2 - 5
Crisis y Economía Mundial

6- 10
Países y Regiones

11 - 13
Temas

14-15
Gráficas y Estadísticas

ELEIÇÃO, CRISE E DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL NO BRASIL

PAULO NAKATANI*

RODRIGO EMMANUEL SANTANA BORGES**

A grande imprensa brasileira tem destacado nos últimos meses um acelerado aumento na taxa de câmbio e atribuído isso essencialmente às atribuições decorrentes da corrida eleitoral para a presidência da república. Entretanto, a economia brasileira encontra-se em profunda crise desde 2014, quando apresentou um crescimento do PIB de apenas 0,5%; nos dois anos seguintes caiu -3,5%, e a recuperação em 2017 foi de apenas 1,0%. A expectativa de crescimento do PIB para 2018 não chega a 1,5%.

A desvalorização cambial no Brasil passou de 20% nos últimos seis meses. Esse problema seria somente o resultado dos problemas políticos internos, de um dos cenários eleitorais mais complicados de sua história recente? Os períodos eleitorais, em formações sociais subordinadas e dependentes como a brasileira, podem produzir uma instabilidade e volatilidade acentuada em sua esfera financeira, como forma de pressão e sobreaviso do capital monetário internacional, tanto mais importante quanto menos-submissos pareçam os principais candidatos.

Entretanto, não se pode, também, comparar a situação atual com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, quando a cotação do dólar atingiu R\$ 3,99, o equivalente a R\$ 6,88 de hoje, atualizado pelo IPCA.

A eleição deste ano ocorre após o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Roussef, em agosto de 2016, e a prisão do ex-presidente Lula, condenado a 12 anos e um mês de prisão. Neste contexto, surge, na liderança das enquetes eleitorais, um candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro. Seu discurso é

A eleição deste ano ocorre após o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Roussef, em agosto de 2016, e a prisão do ex-presidente Lula, condenado a 12 anos e um mês de prisão.

extremamente prepotente e truculento e defende um conjunto de propostas mais próximas ao facismo. Em segundo lugar aparece Fernando Haddad, com um acelerado aumento nas intenções de voto, mas o quadro final continua muito nebuloso. Uma das avaliações é que esta eleição vai colocar em confronto os extremos do espectro político, mesmo quando as posturas de Haddad não permitem colocá-lo na extrema esquerda.

Entretanto, as dificuldades cambiais que se observam na economia brasileira são também o resultado de outras determinações mais profundas. Assim, podemos observar, no Gráfico 1, que não só o Brasil, mas também a África do Sul, a Argentina, a Turquia e o Uruguai estão sofrendo desvalorizações cambiais. O caso extremo é o da Argentina, com uma desvalorização de quase 40% neste ano, em seguida, a Turquia com mais de 22%. A África do Sul e o Uruguai sofreram desvalorizações de cerca de 10%. Como vários países, igualmente dependentes, mas com governos de diferentes posições no

espectro político podem sofrer efeitos semelhantes se nem todos se encontram às vésperas de eleições presidenciais?

Os dados do Banco Central do Brasil (BCB) sobre o mercado de câmbio são divididos em dois segmentos: o mercado primário, onde se encontram as operações de importação, exportação e entrada e saída de rendas; e o mercado interbancário, onde são realizadas as demais operações, em particular as especulativas.

Segundo os dados das operações interbancárias mostrados no gráfico 2, no qual se concentram os negócios especulativos, aparentemente não encontramos razões para a elevada volatilidade cambial dos últimos meses, pois o volume de negócios tem diminuído. Mas, apesar das múltiplas determinações para a fixação diária da taxa de câmbio, existe um fator que

Apesar do pequeno volume de negócios em relação ao mercado global, as apostas sobre a futura taxa de câmbio acabam determinando a taxa à vista no mercado interbancário.

tem preponderado no mercado de câmbio brasileiro: a especulação. Esta é realizada na BMF&BOVESPA. Apesar do pequeno volume de negócios em relação ao mercado global, as apostas sobre a futura taxa de câmbio acabam determinando a taxa à vista no mercado interbancário. Nos termos de Garcia e Urban, “o rabo abana o cachorro” (*O mercado interbancário de câmbio no Brasil*. Depto. de Economia PUC, p. 38).

Os especuladores, brasileiros ou estrangeiros, captam recursos no mercado internacional, quando a taxa de juros externa está baixa, e compram dólares futuros na BMF&BOVESPA. Isso tende a elevar a taxa de câmbio no futuro, mas o ingresso de dólares permite a redução da taxa à vista e vice-versa. A relação entre a taxa futura e a taxa presente é estabelecida através

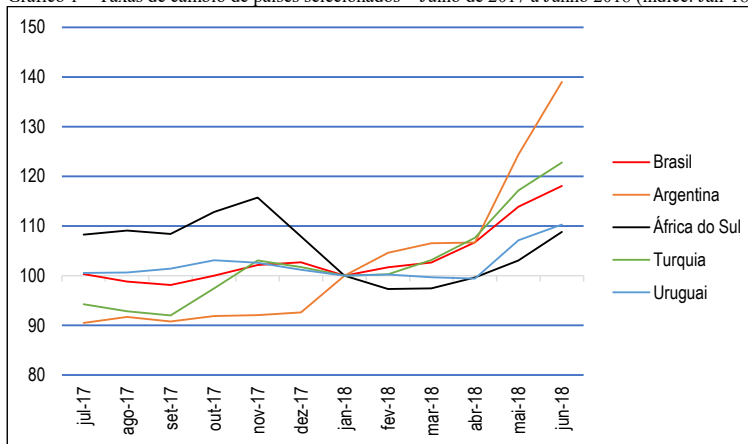
de mecanismos de arbitragem. Com a crise de 2007, os principais bancos centrais, começando pelo FED e seguido pelo Banco Central Europeu, Banco da Inglaterra e Banco do Japão, instituíram uma política conhecida por *quantitative easing*, monetizando títulos privados desvalorizados e reduzindo a taxa básica de juros para 0,5% ao ano ou até zero. O FED, em particular, duplicou a base monetária entre 2008 e 2009 e a quadruplicou nos anos seguintes.

Essa política colocou no mercado internacional uma massa gigantesca de moeda em busca de sua conversão em capital monetário. Os mercados dos países dependentes, já desre-

gulados pelas políticas neoliberais, tornaram-se o destino certo para esses capitais em busca de maior remuneração. O gráfico 3 (na seção de gráficos e estatísticas) mostra o volume médio diário de negócios principalmente especulativos em ações e títulos públicos, no último ano. Como podemos observar, a média diária de negócios entre janeiro e julho é de cerca de US\$ 2 bilhões ou R\$ 8 bilhões.

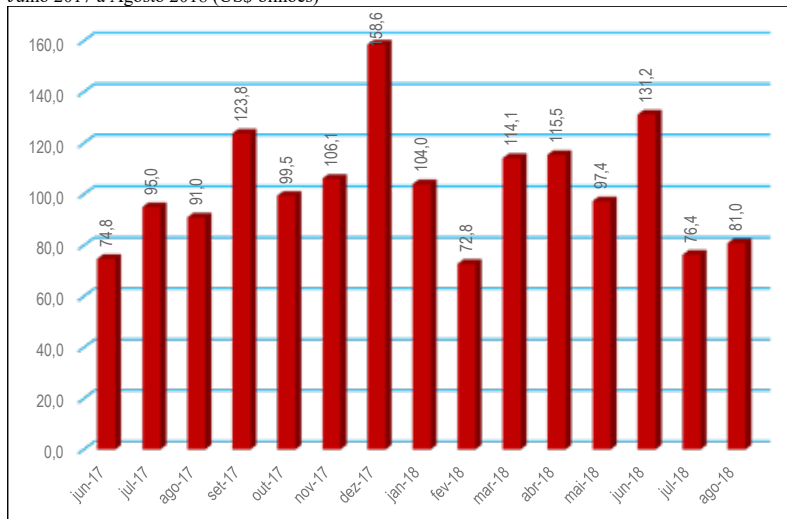
Um dos principais determinantes da taxa diária de câmbio se concentra nos negócios realizados o mercado de câmbio futuro da BMF&BOVESPA. O gráfico 4 (na seção de gráficos e estatísticas) mostra que as operações de câmbio

Gráfico 1 – Taxas de câmbio de países selecionados – Julho de 2017 a Junho 2018 (índice: Jan-18 = 100)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Gráfico 2 – Brasil: Câmbio mensal contratado no mercado interbancário – Julho 2017 a Agosto 2018 (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

variam em torno de metade dos recursos que ingressam como investimento em carteira, mas podem ser muito maiores.

A mudança na política monetária dos EUA tornou-se um dos principais motivos para isso. Desde fins de 2016, o FED começou a elevar a taxa de juros. Com isso, a prime rate passou de 0,5% ao ano para 1,0% na metade de 2017 e atingiu 2,0% no último mês de junho. Assim, após a ampliação brutal da base monetária através do quantitative easing, o FED passou a reduzi-la não renovando as compras de títulos públicos (Treasury Securities) nem privados com garantia hipotecária (MBS). Até junho, reduziu em quase 200 bilhões os dólares em circulação, com uma meta de redução acumulada de quase 500 bilhões até o final de 2018 e de mais de um trilhão de dólares até dezembro de 2019 (<https://www.businessinsider.com/fed-plan-to-unwind-its-balance-sheet-didnt-skip-a-beat-2019-3>).

Essas mudanças nas políticas monetárias dos principais bancos centrais do mundo tenderão a estimular cada vez mais a saída dos recursos das economias dependentes para os mercados centrais, cujos aumentos nas taxas de juros propiciarão uma arbitragem mais acelerada entre a periferia e o centro do capitalismo, ataques especulativos e maiores desvalorizações cambiais.

FLUXOS DE CAPITAL, ESPECULAÇÃO E NEOLIBERALISMO

MARCELO DIAS CARCANHOLO*

A atual crise cambial por que passam algumas economias dependentes, entre elas Argentina e Brasil, é explicada pelo saber convencional (neoliberal) através das mais ridículas hipóteses. O cenário político instável e os efeitos da crise fiscal duradoura, herança dos governos do PT, no Brasil, e o tempo de ajuste necessário, além dos perduráveis efeitos da tragédia kirchnerista, na Argentina. O que há de comum? Procura-se, nos dois países, isentar o neoliberalismo aprofundado pelos dois atuais governos, o golpista no Brasil e o criminoso na Argentina.

tendem a entrar, e vice-versa.

Em segundo lugar, pela expectativa do valor da taxa de câmbio. Quando se espera que ela vá, no futuro, desvalorizar-se, os capitais antecipam a saída para não se desvalorizarem. Ao contrário, quando se espera uma valorização da taxa de câmbio, tende-se para um fluxo positivo de entrada.

Por último, a variação esperada dos preços dos ativos denominados em moeda doméstica também influencia. Quando a expectativa é de elevação, os capitais externos

neoliberalismo aprofunda o grau de dependência dessas economias, eleva a vulnerabilidade externa de suas economias frente aos fluxos especulativos de capital, que possuem em sua lógica de valorização o que há de mais característico no capitalismo contemporâneo, o capital fictício.

O que se esconde é que esse neoliberalismo aprofunda o grau de dependência dessas economias, eleva a vulnerabilidade externa de suas economias frente aos fluxos especulativos de capital, que possuem em sua lógica de valorização o que há de mais característico no capitalismo contemporâneo, o capital fictício.

Os fluxos de capital costumam ser explicados por três variáveis.

Em primeiro lugar, pelo diferencial dos juros domésticos frente às taxas internacionais. Quanto maior a diferença mais os capitais

compram ativos em moeda doméstica, para tentar apropriar-se da diferença de preços no futuro.

A questão é que qualquer outro fator que leve a uma alteração no fluxo dos capitais termina por se reverter na alteração dessas três variáveis que, para a teoria tradicional, seriam as explicativas. Quando capitais tendem a vender suas posições em moeda doméstica isso aumenta a oferta de ativos em preços domésticos, reduzindo seus preços. Por outro lado, essa saída implica desvalorização da taxa de câmbio, que pode ser revertida se a

*Brasil, GT Crisis y Economía Mundial, Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo.

**Brasil, Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, bolsista FAPES/CAPES



política econômica doméstica elevar as taxas internas de juros, no intuito de evitar a fuga de capitais. Dessa forma, as três pretensas variáveis explicativas passam a ser explicadas, determinadas pelo fluxo de capital externo, e não o contrário.

E por qual razão os capitais externos podem iniciar um movimento de fuga? Todo e qualquer capital é determinado pela mesma lógica, sua valorização. Se algo determinar que essa valorização pode não ocorrer, os capitais procuram se antecipar, modificando suas posições. Essa lógica especulativa é justamente a lógica de valorização fictícia do capital, característica central do capitalismo contemporâneo.

A estratégia neoliberal de desenvolvimento se caracteriza, ao seu turno, por promover a abertura e liberalização comercial e financeira, bem como a ampliação das privatizações e desnacionalizações.

Os problemas estruturais de déficits em balanços de pagamentos são características das economias dependentes, dado a inserção subordinada que elas possuem na divisão internacional do trabalho.

Essas reformas neoliberais levam ao aprofundamento dos mecanismos estruturais de transferência do valor produzido nos capitalismos dependentes para os capitais que operam nas economias centrais, seja pelo aprofundamento dos déficits estruturais em transações correntes e/ou pela maior dependência dos capitais externos para financiar os problemas dos balanços de pagamentos.

Em um contexto de crise da economia mundial as exportações das economias dependentes apresentam problemas para uma trajetória de crescimento consistente. Por outro lado, como essas economias dependem das importações de produtos essenciais para sua estrutura produtiva, qualquer leve cresci-

mento da economia eleva mais do que proporcionalmente a demanda de importações. Por serem economias dependentes, elas apresentam déficits estruturais nas contas de serviços (pagamento de juros, transferência de lucros e dividendos, pagamento de royalties, etc.), o que, acrescido aos problemas da balança comercial, implica crescentes déficits em transações correntes, isto é, maiores necessidades de financiamento externo.

Alguns defensores do neoliberalismo sustentam que isto, em si, não é um problema, justamente porque a abertura da conta de capital permite que esta economia receba capitais externos, sejam capitais financeiros mais voláteis e/ou capitais produtivos. Mesmo assim, a grande dependência que o neoliberalismo reforça frente ao capital externo para poder financiar o balanço de pagamentos – em um contexto de extrema instabilidade do sistema financeiro internacional – define uma grande vulnerabilidade externa dessas economias.

Esse fluxo de entrada de capitais ainda apresenta dois efeitos dinâmicos. Em primeiro lugar, a entrada de capital externo tende a sobrevalorizar a taxa de câmbio, aprofundando os problemas na balança comercial. Além disso, ainda que o capital externo que entre seja o produtivo (investimento direto estrangeiro), isto implicará na remessa futura de lucros e dividendos que, junto ao pagamento de amortizações da dívida externa, reforça os déficits estruturais nas contas de serviços.

Os problemas estruturais de déficits em balanços de pagamentos são características das economias dependentes, dado a inserção subordinada que elas possuem na divisão internacional do trabalho. Esses determinantes estruturais podem ser agravados, ou aliviados, pelas distintas conjunturas internacionais. Na atual conjuntura de recrudescimento do neoliberalismo e suas reformas, os elevados estoques de dívida (externa e interna) e passivos externos (que incluem, além da dívida externa, o estoque do capital externo estrangeiro), trajetórias instáveis no pagamento desses serviços, entre outras características estruturais das economias dependentes, são agravados pelo neoliberalismo.

as crises cambiais são provocadas pelo comportamento especulativo dos fluxos de capitais que, por sua vez, são desdobramentos dos problemas de vulnerabilidade externa, intensificados pela estratégia neoliberal de desenvolvimento

Este quadro define uma perspectiva de que em algum momento essas economias dependentes podem não conseguir mais honrar os serviços de seus passivos, provocando uma crise cambial que, no limite, pode se desdobrar em não pagamentos dos compromissos assumidos. O fluxo de capitais, de acordo com sua lógica fictício-especulativa, procurará se antecipar, antecipando também a ocorrência das crises cambiais que se esperava fossem acontecer no futuro. Assim, as crises cambiais são provocadas pelo comportamento especulativo dos fluxos de capitais que, por sua vez, são desdobramentos dos problemas de vulnerabilidade externa, intensificados pela estratégia neoliberal de desenvolvimento.

A esse quadro estrutural complicado deve-se acrescentar a conjuntura internacional atual. A economia mundial ainda não conseguiu sair da grande crise estrutural que enfrenta desde 2007, agravando o cenário externo conjuntural desse quadro estruturalmente agravado pelo neoliberalismo. Ao mesmo tempo, a tendência atual de elevação das taxas de juros internacionais, basicamente impulsionadas pela política monetária dos EUA, aumenta a exigência pela elevação das taxas de juros das economias dependentes, requeridas para a manutenção dos capitais externos em ativos denominados em moeda doméstica.

São esses os determinantes das atuais crises cambiais que algumas economias dependentes estão enfrentando. Herança maldita de governos ditos populistas? Turbulências

eleitorais que tornam o quadro político instável? Tempo de ajuste necessário para que as reformas surtam efeitos? Nenhuma das razões apontadas pelos neoliberais vai nos ajudar a entender a causa do processo: capitalismo dependente, agravado pelo neoliberalismo.

Nenhuma das razões apontadas pelos neoliberais vai nos ajudar a entender a causa do processo: capitalismo dependente, agravado pelo neoliberalismo.

* Brasil, GT *Crisis y Economía Mundial*, profesor de la Facultad de Economía de la Universidad Federal Fluminense y expresidente de la Sociedad Brasileira de Economía Política.

CRISIS E INCERTIDUMBRE EN UN PAÍS AGÓNICO

ROSA MARÍA MARQUES* Y

JOÃO ALFREDO TELLES MELO**

En las vísperas de las elecciones presidenciales y luego de pasados casi dos años y medio del golpe (parlamentario, judicial y mediático) que arrancó a Dilma Roussef de la Presidencia de la República, Brasil continua inmerso en una profunda crisis social, económica, institucional y política.

de propaganda electoral).

No sería una exageración, afirmar que el ex presidente es un preso político de una Justicia absolutamente comprometida, a través del Juez Sergio Moro y de la mayoría de los tribunales (desde el Tribunal Regional Federal de la 4ª Re-

En las vísperas de las elecciones presidenciales y luego de pasados casi dos años y medio del golpe (parlamentario, judicial y mediático) que arrancó a Dilma Roussef de la Presidencia de la República, Brasil continua inmerso en una profunda crisis social, económica, institucional y política.

El gran capital, artífice principal del golpe que resultó en el impeachment de Dilma y en la condena y cárcel de Lula, no consiguió, hasta ahora, recrear las condiciones de "normalidad democrática burguesa" para poder continuar su proyecto de reformas y de robo de lo que todavía queda de patrimonio público y nacional en el país. Por lo contrario, ensaya un baile al borde del abismo con el apoyo de una candidatura de extrema derecha, como es el caso del fascista Jair Bolsonaro, capitán retirado del ejército brasileño.

Lula, condenado sin pruebas y preso sin que la totalidad del rito legal haya sido cumplido, fue impedido de ser candidato a pesar de la decisión favorable del Comité de Derechos Humanos de la ONU y de que más del 40% de los electores declaró que votarían por él en el primer turno de la contienda electoral (ahora, la justicia electoral intenta restringir al máximo la simple mención de su nombre en el programa

gión hasta el Supremo Tribunal Federal, pasando por el Superior Tribunal de Justicia), con el retroceso político, social, económico, cultural y ambiental por el que pasa Brasil desde que el gran capital tomó por asalto la Presidencia de la República. La actitud persecutoria en relación a Lula, junto a la posición tolerante en relación a Bolsonaro, denuncian la parcialidad de los aparatos del poder judicial brasileño.

Su substituto, Fernando Haddad, indicado hace pocos días por Lula y aprobado por el Partido dos Trabalhadores, ha recibido un creciente apoyo de la población, demostrando que Lula está consiguiendo transferir sus votos a su sucesor. De esta forma, y continuando esa tendencia de migración de votos, el Brasil podrá producir un segundo turno electoral con Haddad y Bolsonaro (Partido Social Liberal, este último representando el sector más a la derecha de la sociedad brasileña, dado que es defensor de la dictadura militar y abiertamente a favor de

El Brasil que ahora se presenta es un Brasil polarizado, entre los que quieren la vuelta del pasado reciente, donde la memoria de los logros sociales de los gobiernos petistas está muy presente, y los que quieren barrer de la historia cualquier trazo de democracia y derechos.

la tortura, entre otras barbaridades, así como la postura misógina y homofóbica, la defensa de la violación sexual y los ataques racistas y etnó-fobos a indígenas y quilombolas (pobladores negros de tierras ancestrales).

Por su parte, los dos candidatos más identificados orgánicamente con el gran capital, Geraldo Alckmin, del Partido de la Social Democracia Brasileira y Henrique Meireles, del Movimiento Democrático Brasileiro, están prácticamente fuera de la contienda, especialmente, por su identificación con el (des) gobierno Temer, que amarga una impopularidad de más del 80% de en términos de rechazo.

A partir de este escenario en lo que respecta a la corrida presidencial, se hace evidente que, a pesar del golpe, sus mayores articuladores no consiguieron legitimarse frente a la población brasileña, tanto que flirtean sin pudores con la alternativa profascista para seguir con su “programa máximo”.

El Brasil que ahora se presenta es un Brasil polarizado, entre los que quieren la vuelta del pasado reciente, donde la memoria de los logros sociales de los gobiernos petistas está muy presente, y los que quieren barrer de la historia cualquier trazo de democracia y derechos. Las últimas y graves declaraciones de militares activos (el Comandante del Ejército, General Villas Boas) y de la reserva (tanto el candidato fascista, como su vice, General Mourão) que señalan en la dirección de un “auto golpe” militar han empujado a los sectores de izquierda y de centroizquierda al denominado “voto útil” hacia aquel que pueda derrotar a Bolsonaro.

De esta manera, dadas esas circunstancias, existe muy poco espacio de crecimiento y manifestación para los candidatos más a la izquierda en el espectro político (a no ser a nivel de los Estados que componen Brasil). Esos, que durante los gobiernos de Lula y de Dilma, ya

no habían conseguido colocarse como una alternativa real frente a las masas (aunque en el ámbito parlamentario, el Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) se haya afirmado), fueron aún más perjudicados por el hecho de que la experiencia con el segundo gobierno de Dilma fue interrumpida por la fuerza a raíz del golpe y porque las masas comparan la situación de descalabro económico y social actual con el anterior gobierno, principalmente en materia de empleo

Gane quien gane las elecciones, la crisis política, económica y social, tendrá continuidad – y podrá hasta inclusive ser más profunda – y será inevitable que los enfrentamientos se agudicen, lo que podrá llevar a una coyuntura de mayor enfrentamiento, con un protagonismo mayor de la izquierda anticapitalista.

y salario. Gane quien gane las elecciones, la crisis política, económica y social, tendrá continuidad – y podrá hasta inclusive ser más profunda – y será inevitable que los enfrentamientos se agudicen, lo que podrá llevar a una coyuntura de mayor enfrentamiento, con un protagonismo mayor de la izquierda anticapitalista.

En el plano económico y social, la situación es de estancamiento o de franco deterioro. Para el PIB, es esperado un crecimiento algo superior al de 2017 (1,4%), insuficiente para compensar los dos años anteriores de recesión profunda. Los empleos, si son creados, son informales, con contratos de corta duración y con salarios muy bajos, ya reflejando la reforma laboral aprobada luego del impeachment de Dilma, durante el gobierno Temer. La tasa de desempleo, a su vez, cayó un poco, pero fue fuertemente influenciada por el aumento del “desaliento”,

o sea, por el hecho de que parte de los desempleados han desistido de buscar empleo. El número de desempleados declarados es de más de 13 millones. El rendimiento medio de los trabajadores de baja renta ha registrado una caída, lo que torna la situación por ellos vivenciada aún más precaria.

Mientras tanto, el impacto del cambio del régimen fiscal (aprobado en 12/2016), que congela el nivel del gasto del gobierno federal por veinte años y que tiene como uno de sus propósitos principales el de garantizar el pago del servicio de la deuda pública, se hace sentir por todas partes, destacándose la reducción de recursos en las áreas de salud y educación.

En el caso de la salud, comienza a aumentar la mortalidad infantil y la muerte materna (durante el embarazo), y cae el nivel de cobertura en vacunas. Aunque estos indicadores sean el resultado de múltiples factores, la reducción de

los recursos destinados a las acciones y servicios de salud ciertamente son elementos que contribuyen para su deterioro. En el campo de la educación de nivel superior, no sólo las obras fueron paralizadas sino también las becas y programas vinculados a líneas de investigación que están siendo colocadas en riesgo.

Como telón de fondo, padecemos el aumento de la violencia de toda índole, destacándose la militarización de la policía (cuya mayor expresión es la presencia militar en la ciudad de Rio de Janeiro), la creciente represión contra los movimientos sociales y el aumento de los asesinatos de líderes, especialmente los indígenas y otros no indígenas que luchan por la tierra.

De esta forma, cuando todos los titulares están dirigidos a las elecciones, esa es la realidad con la que la población brasileña precisa convivir diariamente. Y, a pesar de no vislumbrarse en el

corto plazo la solución de la crisis política de las clases dominantes, Temer, llamado el usurpador por muchos, a poco de apagar las luces de su gobierno, avanza con la venta de Eletrobrás y los proyectos de privatización de Petrobrás. En los planes del gran capital restaría, todavía, que sea liberada la apertura sin restricciones de la venta de tierra a extranjeros y el control sobre el agua. Por eso, la agonía a la que se refiere el título de este pequeño artículo. Ese título refiere no sólo a una situación sufrida por la inmensa mayoría de la población brasileña, sino también la acelerada pérdida de soberanía sobre su patrimonio.

En este esquema, la izquierda radical puede desempeñar un papel fundamental en estas elecciones, mirando al futuro: ya sea trabando un combate sin cuartel contra el fascismo y su candidatura de extrema derecha, ya sea denunciando el golpe, a los golpistas y a sus cómplices, ya sea agitando la bandera de la revocación de todas las reformas neoliberales antipopulares, ya sea finalmente presentándose como alternativa anticapitalista y eco socialista, levantando temas que ninguna otra candidatura puede blandir, a partir de las plataformas de los movimientos sociales, ecológicos, socio ambientales, feministas, LGBTs, de derechos humanos, entre otros.

* Brasil, profesora titular de Economía de la PUC/SP y ex-presidenta de la Sociedad Brasileira de Economía Política.

** J profesor de Derecho Ambiental en el Centro Universitario 7 de Setembro, ex diputado del Partido dos Trabalhadores (PT) y del Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Traducción de Ramiro Fernández Unsain.

POCOS GANADORES Y MUCHOS PERDEDORES ANTE EL NUEVO ACUERDO DE MACRI CON EL FMI

JULIO C. GAMBINA*

Todos los indicadores económicos y sociales se deterioran bajo las condiciones resultantes de la ampliación del acuerdo del Gobierno de Macri con el FMI. Según el Instituto de Estadísticas y Censos, INDEC, crece el desempleo al 9,6%; la pobreza al 27,3% de las personas, en un marco de creciente inflación (¿6% a 7% mensual en septiembre? ¿42% al 45% durante el año?) y recesión de la actividad económica, con guarismos entre el -2,5% y -3% para el 2018.

Ahora se trata de un préstamo por 57.100 millones de dólares (se desembolsarán unos 52.000 millones antes de finalizar el mandato presidencial a fines del 2019) a cambio de un brutal ajuste del déficit primario, es decir, antes de pagar intereses de la deuda, la que crece a niveles inusitados para proyectar el stock de deuda pública por encima del 100% del PIB a comienzos del próximo 2019.

Todos los indicadores económicos y sociales se deterioran bajo las condiciones resultantes de la ampliación del acuerdo del Gobierno de Macri con el FMI.

Junto al déficit primario "0", se suma la emisión monetaria "0" hasta mediados del 2019, promoviendo una restricción de la base monetaria para achicar la inflación, contener el dólar y causar enormes penurias a los sectores sociales de menores ingresos, la mayoría de la población.

La realidad es que el dólar crece un 12% en septiembre y un 121% durante los primeros 9 meses del año, cotizándose a \$42 por dólar y una brecha establecida por el BCRA entre 34 y 44 pesos por dólar para intervenir desde la autoridad monetaria.

Por su parte, los combustibles crecen desde enero más del 60%, mostrando el impacto de la dolarización de algunos precios muy sensibles, caso de los combustibles o las tarifas de servicios públicos, con cronogramas de aumento en lo que resta del año.

A cuánto llegará la inflación a fin de año nadie lo sabe y menos cuál será el arrastre sobre el 2019, más allá del 23% establecido en el proyecto de Presupuesto que discute en estas horas el Parlamento, pero si queda clara la voluntad de ajustar a los sectores más empobrecidos para cumplir con el acuerdo con el FMI y los sectores hegemónicos del sistema mundial.

Tasas de interés de usura

Para sostener la nueva política monetaria y cambiaria se elevó la tasa de interés del 60 al 65%, lo que supone un crecimiento de las tasas sobre préstamos que llevan al default a la familia de sectores medios y bajos, endeudados con tarjeta de crédito, y ni hablar del costo financiero del descubierto bancario, una práctica generalizada entre los pequeños y medianos empresarios.

Altas tasas pasivas de interés para favorecer inversiones en activos financieros en pesos, letras ofrecidas por el BCRA o el Tesoro; o plazos fijos u otras colocaciones financieras,

estimulan la especulación contra cualquier intento de aliento a la producción local, por eso se afirma la tendencia a la recesión recurrente.

El BCRA mantiene el mecanismo de desarme de la bomba de las LEBAC, pero las LELIQ que se colocan en la plaza financiera ya superan en stock a las LEBAC. Se cambia la vieja bomba por una nueva, a costa del presupuesto público que sostiene el conjunto del pueblo con miseria social extendida.

No cabe duda que el resultado combinado del déficit fiscal primario cero y la reducción de la base monetaria y emisión "0", combinada con altas tasas de interés favorece la tendencia recesiva de la economía local con claros y pocos beneficiados y muchos perjudicados.

No cabe duda que el resultado combinado del déficit fiscal primario cero y la reducción de la base monetaria y emisión "0", combinada con altas tasas de interés favorece la tendencia recesiva de la economía local con claros y pocos beneficiados y muchos perjudicados.

Crece los despidos y suspensiones como consecuencia directa de la situación, sumado al cierre de fábricas y empresas, con alza de los concursos de acreedores, donde las trabajadoras y los trabajadores son los principales perjudicados.

Los ganadores se cuentan entre los especuladores, lo que involucra la creciente fuga de capitales, unos 290.000 millones de dólares de activos de argentinos en el exterior, según las propias cifras oficiales.

A ellos se suman los grandes productores y exportadores, como las empresas que lograron la dolarización de sus precios, caso de las petroleras y aquellas que comercializan los servicios públicos privatizados.

Producto de la devaluación podría beneficiarse el sector vinculado al turismo local, por mayor presencia de extranjeros y desestímulo a los viajes al exterior.

Solo en el tiempo se podrá verificar si el elevado tipo de cambio actual favorece la producción local para la exportación, cuestión negada con el elevado déficit comercial presente y proyectado aún para el 2019, nada menos que por 10.000 millones de dólares.

La ortodoxia como argumento

Sea por la exigencia del FMI o la propia decisión de los que deciden en el Gobierno Macri, se impuso la lógica monetarista, donde la causa de la inflación resulta de la emisión monetaria excesiva, por lo que la solución supone una fuerte restricción de la base monetaria congelando la emisión hasta mediados del 2019.

El costo social es y será gigantesco, si es que la sociedad lo permite y no se generan

las suficientes resistencias y confrontaciones.

Resulta de interés apuntar lo que hay detrás de la ortodoxia en la formulación de política monetaria, financiera, cambiaria y económica, para afirmar que es una cuestión de poder, que remite a que fracción de la burguesía actuante en el mercado argentino, de origen externo o local, puede disciplinar al conjunto de las clases dominantes y desde allí lograr la dominación sobre las clases subalternas, la condición de posibilidad para el funcionamiento del capitalismo local bajo condiciones "normales".

Una normalidad relativa a la evolución contenida de los precios, tal como ocurre en la mayoría de los países del mundo; a la estabilidad de la macroeconomía y a viabilizar un ritmo de crecimiento acorde con las normas mezquinas de la lógica contemporánea.

No se trata solo de economía y políticas

No se trata solo de economía y políticas económicas, sino de política y consensos sociales en el bloque del poder para reestructurar regresivamente el funcionamiento del capitalismo en la Argentina.

económicas, sino de política y consensos sociales en el bloque del poder para reestructurar regresivamente el funcionamiento del capitalismo en la Argentina.

El discurso ortodoxo asumido por las nuevas autoridades del BCRA converge con las críticas discursivas por derecha al macrismo y acelera los tiempos del ajuste fiscal y el cambio de precios relativos para favorecer la ganancia en desmedro de los ingresos populares. Se consolida así la ofensiva del capital contra el trabajo.

La sola devaluación ocurrida durante el año, del 120% de corrección cambiaria, confronta con actualizaciones salariales del orden del 25%, que aun cuando se habiliten reaperturas de convenios colectivos en torno al 40/42%, la pérdida de los ingresos por la venta de la fuerza de trabajo contrasta contra los ingresos elevados por los propietarios de los medios de producción, sea vía renta o ganancias.

El objetivo de reformas laborales se demora por vía legislativa, pero se resuelve vía medidas económicas con disminución de los salarios en dólares y por ende reduciendo el costo de inversores internacionales en la contratación de fuerza de trabajo.

A modo de ejemplo señalemos que un salario de \$20.000 podía cambiarse hasta hace poco tiempo por 1.000 dólares y ahora solo puede aspirar a cambiarse por 500 dólares, favoreciendo el ingreso externo de capitales para invertir en la economía local. Argentina se hizo más barata para los tenedores de divisas con intención de invertir en el país.

Lo que está en juego

Es mucho lo que se juega en la coyuntura, con impacto en lo económico social y en lo político.

Sin perjuicio de la continuidad de la regresiva transferencia de ingresos que supone la política del gobierno Macri desde fines del 2015, lo que ocurre es una reestructuración del capitalismo local con un nuevo intento de consolidación de la extranjerización y subordinación de la estructura económica y social local a la dinámica de la dominación transnacional, en momentos de disputa del liderazgo del orden mundial.

Argentina intenta una pragmática política de alineación ideológica política con EEUU, al tiempo que afianza relaciones económicas, comerciales y financieras con China.

En la ocasión del cónclave presidencial del G20, Macri intentará mediar entre el poder de EE.UU. y sus aliados mundiales, contra la alianza entre China y Rusia, para encontrar un lugar para la Argentina en el marco de la disputa de la geopolítica global.

La gran incógnita es la respuesta popular, anticipada en variados conflictos, entre los que sobresale el del pasado 24 y 25 de septiembre, un paro de 36 horas y el plan de acción en proceso para confrontar con el ajuste actual, el Presupuesto 2019 y la propia contra cumbre del G20. Contra el G20 emerge una amplia organización popular que aspira a unificar variadas protestas contra la política del poder mundial.

Resulta en conjunto una lógica de conflicto que habilita a pensar las construcciones político electorales que disputen el destino

* Argentina, GT *Crisis y Economía Mundial*, Presidente de la Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas (FISyP) y Presidente de la Sociedad Latinoamericana de Economía Política y Pensamiento Crítico (SEPLA).



La sola devaluación ocurrida durante el año, del 120% de corrección cambiaria, confronta con actualizaciones salariales del orden del 25%, que aun cuando se habiliten reaperturas de convenios colectivos en torno al 40/42%, la pérdida de los ingresos por la venta de la fuerza de trabajo contrasta contra los ingresos elevados por los propietarios de los medios de producción, sea vía renta o ganancias.

El acuerdo con el FMI, fuertemente apoyado por EE.UU. intenta contener a la Argentina como aliado imprescindible para la política exterior de Washington en el continente americano.

Sin EE.UU. no hay acuerdo con el FMI y Trump necesita a Macri en la cruzada contra Venezuela y el "populismo" en la región, forma de denominar cualquier intento de política diferenciada de la imaginación del poder estadounidense o la corriente principal neoliberal.

Todo esto se juega en el debate del Presupuesto 2019, el del profundo ajuste explícito en el acuerdo con el FMI, pero también en la Cumbre presidencial del G20 el 30/11 y el 1/12.

de la Argentina en la renovación electoral del 2019.

Algunos imaginan el desplazamiento del macrismo en el ejecutivo nacional, pero sosteniendo el mismo plan de reestructuración regresiva de la Economía, del Estado y la Sociedad.

Lo que importa es la posibilidad de habilitar otras propuestas políticas, que en acuerdo con la lógica radicalizada del conflicto apunte a soluciones populares para la mayoría y más allá del orden capitalista.



50 AÑOS MOVIMIENTO ESTUDIANTIL-POPULAR MEXICANO DE 1968

ALEJANDRO ALVAREZ BÉJAR*

Introducción

Se ha convertido en un lugar común decir que el Movimiento Estudiantil Popular de 1968 es un parteaguas en la historia contemporánea de México, pero a cincuenta años de distancia y con tantas generaciones de por medio, hay que recordar lo que fue ese movimiento, para luego exponer las razones de su trascendencia.

El recuento político-numérico nos puede dar las primeras claves: se trató de una rebelión de la intelectualidad que asistía a las aulas de las instituciones de educación media-superior y superior en la Ciudad de México, esto es, fue una protesta masiva de estudiantes y profesores, en un país que entonces tenía 40 millones de habitantes y la capital tenía siete millones. Para dar una idea más clara, en México "en 1960 había un estudiante de educación superior por cada 333 personas; en 1970, uno por cada 125 personas; en 1977, una de cada 55 personas estaba en la educación superior. Las cifras correspondientes al Distrito Federal (hoy Ciudad de México) son todavía más impresionantes: 1 de cada 111 personas (1960); 1 de cada 66 (en 1970), y 1 de cada 33 (en 1977)." (Aurelio Cuevas Díaz, *El Partido Comunista Mexicano: 1963-1973: la ruptura entre las clases medias y el Estado fuerte de México*, Editorial Línea, México, 1984, p.46).

Formalmente, la economía mexicana en la segunda mitad de los sesentas vivía el período del "desarrollo estabilizador", cuyas virtudes eran un alto ritmo de crecimiento del PIB (6% promedio anual), con estabilidad de precios y tipo de cambio, afluencia

de inversión extranjera y procesos acelerados de urbanización. La realización de los Juegos Olímpicos era la prueba del acceso indudable de México a la plena modernidad. Pero en lo político, el presidencialismo autoritario y conservador, el control corporativo de los sindicatos, la manipulación de las clases medias y el empobrecimiento y proletarianización de los sectores medios, junto a la represión de las voces disidentes, crearon el caldo de cultivo de una gran inconformidad social y política.

El 68 mexicano se inscribe sin dificultad en un contexto global de rebelión contra el imperialismo norteamericano y su brutal gue-

El 68 mexicano se inscribe sin dificultad en un contexto global de rebelión contra el imperialismo norteamericano y su brutal guerra en Vietnam, la Revolución Cubana, las luchas por los derechos civiles de la población negra, la rigidez de un sistema de dominación internacional en que se prolongaba artificialmente el clima de la guerra fría.

rra en Vietnam, la Revolución Cubana, las luchas por los derechos civiles de la población negra, la rigidez de un sistema de dominación internacional en que se prolongaba artificialmente el clima de la guerra fría.

Irrumpen las clases medias disidentes en el ámbito nacional

En una dinámica explosiva, a principios de agosto de ese año histórico, los grandes centros de educación superior de la Zona Metro-

politana de la Ciudad de México, se declararon en huelga, demandando un pliego petitorio que no tenía propiamente demandas educativas sino democráticas y contra la brutalidad policiaco-militar. La huelga duró 130 días, se produjeron al menos 5 manifestaciones con centenares de miles de participantes, el Zócalo de la ciudad fue convertido en espacio simbólicamente ganado; diariamente miles de brigadistas realizaban mítines de denuncia, repartían millones de volantes explicando la protesta y contestaban las calumnias que el gobierno propalaba en prensa, radio y TV.

Los acontecimientos se desarrollaron entre el 23 de julio y el 6 de diciembre de 1968. El 23 de julio después de un partido de fútbol americano por las calles del Centro de la ciudad, se produjo una pelea entre alumnos de dos Vocacionales del Politécnico y de una Preparatoria privada. Después de los hechos, la policía entró a los planteles golpeando indiscriminadamente. El 26 de julio, dos marchas que confluyeron por avenida Reforma, unos celebrando la Revolución Cubana y otros protestando contra la violencia policiaca, fueron nuevamente agredidos con lujo de violencia por la policía capitalina. Tres

días después, para desalojar a estudiantes que habían declarado la huelga en la Preparatoria 1, el ejército derribó con una "bazuka" la puerta. El jefe de la policía Luis Cueto, declaró que "el fin de las agitaciones es desestabilizar para dañar la olimpiada", que iniciaría el 12 de octubre.

La indignación fue generalizada por la brutalidad policiaco-militar, destacando la valiente protesta del Rector de la UNAM, Javier Barros Sierra, quien el 1 de agosto encabezó una manifestación contra el trato que se

daba a la universidad. El 2 de agosto se creó el Consejo Nacional de Huelga y, en paralelo, se formó la Coalición de Profesores de Enseñanza Media y Superior Pro Libertades Democráticas. El 8 de agosto se hace público un pliego petitorio de 6 puntos: libertad a los presos políticos, destitución de los jefes policiacos, extinción del cuerpo de Granaderos de la policía, derogación de los artículos 145 y 145 bis del Código Penal que tipificaban el delito de “disolución social”, indemnización a los familiares de los muertos y deslinde de responsabilidades de las autoridades.

En un ambiente social autoritario y paternalista, amplificado por el uso abusivo de la policía y el ejército contra las protestas estudiantiles, el Movimiento fue catalizador de un gran descontento social que se había acumulado al lado de la creciente riqueza de unos cuantos, conseguida muchas veces a través de la corrupción, que anunciaba el fin del milagro mexicano.

munista Mexicano, para impedir la Olimpiada y derrocar al gobierno.

La versión de un sector de la izquierda paraestatal (Partido Popular Socialista) era que se trataba de una maniobra de la CIA contra el gobierno de Gustavo Díaz Ordaz, porque había mantenido relaciones con Cuba y tolerado la influencia de los comunistas en los centros de educación superior, cuando era un presidente autoritario, intolerante, represivo y derechista.

Los más experimentados dirigentes universitarios, vieron la violencia policiaco-militar ocurrida a finales de julio de ese año, como una acción represiva de carácter “preventivo”, que buscaba evitar que se manifestara el descontento social durante las olimpiadas, pero que finalmente se desbordó por diferencias en el equipo gubernamental, ya muy cerca del cambio de gobierno.

En México, el repudio a los controles del PRI, a la manipulación de las organizaciones

Autoritarismo, represión, masacre inclemente

En 1968 pues, se conjuntaron la irracionalidad represiva, la virulencia de la misma y el pisoteo de la autonomía universitaria al decidir que el ejército derribara con un bazukazo la puerta de la histórica Escuela Nacional Preparatoria supuestamente para dar fin a una “algarada estudiantil”, actuación que produjo un estallido masivo de descontento estudiantil, cuyas huellas perduran 50 años después: universitarios y politécnicos, maestros y estudiantes, padres de familia al lado de sus hijos, dieron legitimidad al reclamo de “diálogo público”, dirigido contra una tendencia histórica del gobierno de negociar a oscuras las demandas de los movimientos, amenazando y corrompiendo a los dirigentes.

La respuesta estatal contra el Movimiento Estudiantil Popular de 1968 siempre buscó ser devastadora: recurriendo al aplastamiento militar, tras una hipócrita mano tendida del Presidente al inicio del movimiento y una negociación engañosa con el Consejo Nacional de Huelga (CNH) justo la mañana del 2 de Octubre.

La masacre estudiantil-popular en Tlatelolco el 2 de octubre contra una masa inermes de miles de manifestantes, ha quedado en la memoria del pueblo mexicano por la resistencia sostenida a lo largo de estos 50 años, no solo gritando al Gobierno que “2 de octubre no se olvida”. En el 30 Aniversario, el Comité 68 Pro Libertades Democráticas, inició una acusación formal contra los responsables gubernamentales de la masacre del 2 de octubre, la del 10 de junio de 1971 y los años de la “Guerra Sucia” (71-77) contra los grupos guerrilleros.

Carolina Verduzco, del Comité ‘68 (“Setentayocheros en pro de la memoria y la justicia”, Coordinadora Democrática de la Ciudad de México, México, 2018) ha llamado la atención sobre varias cosas que ignoran hasta los interesados en el acontecer nacional: una, que el Estado Mexicano tuvo que reconocer que su crimen el 2 de octubre constituyó un delito tipificado como genocidio; dos, que la configuración de ese delito fue determinada

El 8 de agosto se hace público un pliego petitorio de 6 puntos: libertad a los presos políticos, destitución de los jefes policiacos, extinción del cuerpo de Granaderos de la policía, derogación de los artículos 145 y 145 bis del Código Penal que tipificaban el delito de “disolución social”, indemnización a los familiares de los muertos y deslinde de responsabilidades de las autoridades.

Los orígenes del Movimiento: visiones dominantes

Respecto a los orígenes del Movimiento, conviene recordar que hubo tres versiones principales, pero dos de ellas corrieron por todos lados en el país: la versión del Gobierno (a través del Procurador General Julio Sánchez Vargas y de la derecha católica, como el Movimiento Universitario de Renovadora Orientación), era que se trataba de una conjura comunista orquestada por La Habana y Praga a través de la Central Nacional de Estudiantes Democráticos controlada por el Partido Co-

de masas y la denuncia de las miserias del “desarrollo estabilizador”, multiplicó los movimientos sociales fuera del control oficial. Especialmente en el caso de los estudiantes, eso explica el uso recurrente del ejército y la policía contra las rebeldías universitarias, porque podían alentar expresiones similares entre obreros y campesinos. Había que dar lecciones ejemplares, para frenar cualquier eco social con los disidentes.

La masacre estudiantil-popular en Tlatelolco el 2 de octubre contra una masa inerte de miles de manifestantes, ha quedado en la memoria del pueblo mexicano por la resistencia sostenida a lo largo de estos 50 años, no solo gritando al Gobierno que “2 de octubre no se olvida”.

por el poder judicial en tres resoluciones consecutivas en distintas instancias y que no es posible su revocación; tres, que Luis Echeverría, secretario de Gobernación en 1968 y luego Presidente de la República, permaneció dos años en prisión domiciliaria por estar indiciado en el caso de Tlatelolco; que no ha sido exonerado, que puede ser sentenciado como responsable de genocidio y que obtuvo su libertad sólo de manera condicional; cinco, que hay 54 investigaciones que incriminan a altos mandos del Ejército en ese crimen; seis, que el Poder Legislativo el 20 de diciembre de 2011 reformó el Artículo 18 de la Ley sobre el Escudo, la Bandera y el Himno Nacional para que se incluyera que el 2 de octubre es día de luto nacional por los caídos en Tlatelolco en la lucha por la democracia.

La brutalidad de la represión en 1968 produjo una diáspora de la intelectualidad, que se embarcó en diferentes caminos en busca de su utopía del cambio. Así se formaron partidos políticos, sindicatos, se plantearon reformas democráticas en las escuelas, apoyo a las luchas populares, defensa de los derechos campesinos, grupos guerrilleros, proyectos periodísticos, artísticos, culturales, sembraron por todos los rincones una semilla de cambio. Por eso, cincuenta años después, el 68 mexicano está de nuevo en las calles, luchando y gritando masivamente: ¡2 de octubre, no se olvida!

La prueba más reciente de su vigencia acaba de presentarse entre los estudiantes de la UNAM y la zona metropolitana, pues a finales de agosto de 2018, una protesta de cientos de estudiantes del Colegio de Ciencias y Humanidades Azcapotzalco (bachillerato), reclamando graves anomalías en su planta de profesores (más de cien grupos sin profesor y sin clases a casi un mes de iniciado el semes-

tre) y el autoritarismo de la Directora ante los reclamos, fue brutalmente atacada.

Como de costumbre, el Jurídico de la universidad y autoridades del plantel, recibieron en Ciudad Universitaria a los manifestantes, les dijeron que sus demandas eran atendibles y se fueron. Poco después, una treintena de “porros” (golpeadores contratados por las autoridades para reprimir), atacaron el mitin con un saldo de varios heridos graves, lesionados menores, que estuvieron y se retiraron del lugar sin que ninguna autoridad diera explicación plausible de cómo habían llegado hasta ahí, cruzando toda la ciudad en un autobús, desde el Estado de México.

El conflicto sigue vivo, las protestas no han desaparecido y la solidaridad con los 43 normalistas de Ayotzinapa se expresó el 26 de septiembre, así que para el 2 de octubre, muchas escuelas van a realizar paros y a marchar con el contingente que conmemora 50 años de la masacre de Tlatelolco.

Las fotos y videos de la agresión fueron rápidamente viralizados en las redes sociales, de manera que unos días después se movilizaron varias decenas de miles de estudiantes en protesta y solidaridad con los estudiantes de CCH. Unos días después, decidieron marchar al Zócalo de la ciudad, para difundir su protesta y conmemorar la Marcha del Silencio

que hicieron los estudiantes el 13 de septiembre de 1968.

El conflicto sigue vivo, las protestas no han desaparecido y la solidaridad con los 43 normalistas de Ayotzinapa se expresó el 26 de septiembre, así que para el 2 de octubre, muchas escuelas van a realizar paros y a marchar con el contingente que conmemora 50 años de la masacre de Tlatelolco. El Movimiento de 68 fue derrotado militarmente, pero nunca políticamente, ni perdió su independencia política. El vínculo transgeneracional está presente. Por eso podemos cantar con Violeta Parra: ¡que vivan los estudiantes, jardín de nuestra alegría!

* México, Profesor de la Facultad de Economía de la UNAM, miembro del Comité México 68.



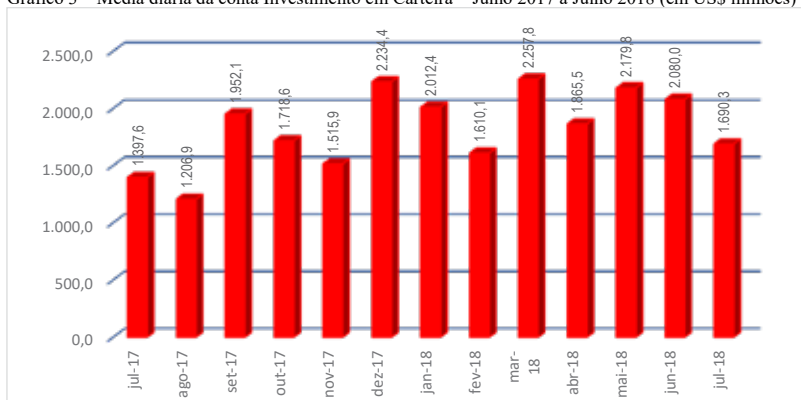
BRASIL: INVESTIMENTO EM CARTEIRA E OPERAÇÕES DE CÂMBIO

PAULO NAKATANI

O gráfico 3 mostra o volume médio diário de negócios principalmente especulativos em ações e títulos públicos, no último ano. Como podemos observar, a média diária de negócios entre janeiro e julho é de cerca de US\$ 2 bilhões ou R\$ 8 bilhões.

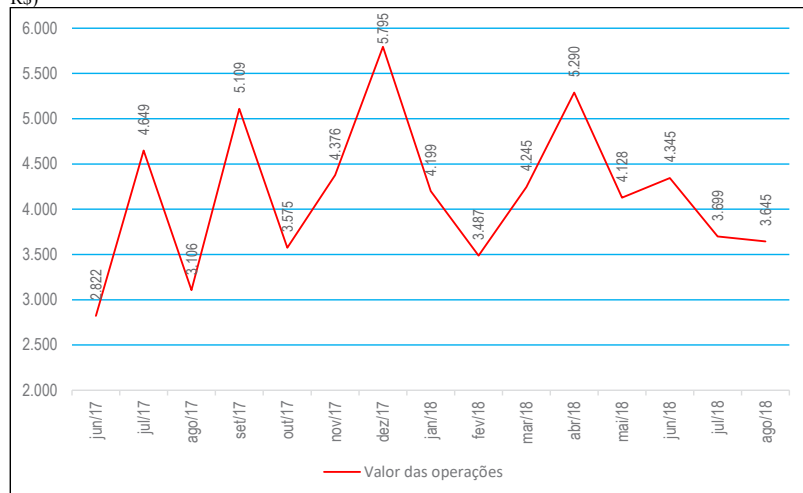
Um dos principais determinantes da taxa diária de câmbio se concentra nos negócios realizados no mercado de câmbio futuro da BMF&BOVESPA. O gráfico 4 mostra que as operações de câmbio variam em torno de metade dos recursos que ingressam como investimento em carteira, mas podem ser muito maiores.

Gráfico 3 – Média diária da conta Investimento em Carteira – Julho 2017 a Julho 2018 (em US\$ milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria

Gráfico 4 – Operações de câmbio BMF&BOVESPA, Junho 2017 a Agosto 2018 (média diária em milhões R\$)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

LA INVERSIÓN EXTRANJERA EN AMÉRICA LATINA

LUCAS CASTIGLIONI*

COMITÉ
EDI-
TO-
RIAL:

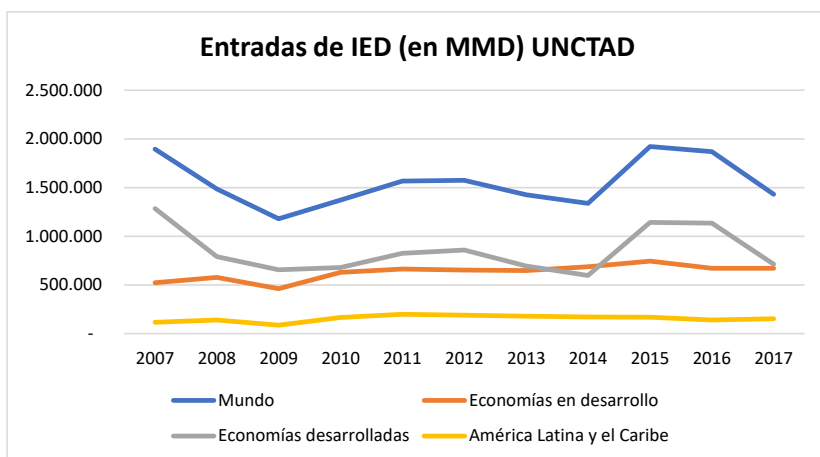
En el informe “la Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe” de la CEPAL para este año se señala la continuidad de la caída de la IED en la región que se registra desde 2014 coincidiendo con el denominado “ciclo de las commodities”. A nivel global, observa también una caída de los flujos en 2017 (-23% de los flujos de 2016) y señala que esta tendencia global se debe a los anuncios de restricciones comerciales, al rediseño del plan estratégico de China en materia de inversiones y la expansión de las empresas digitales.

Por su parte, la UNCTAD realiza proyecciones para 2018 que muestran un “crecimiento frágil” en un contexto de incertidumbres signada por las tensiones comerciales y por las formas fiscales en los Estados Unidos.

**Gabriela Roffinelli,
Josefina Morales y
Julio Gambina**

Las notas son
responsabilidad de
los autores.

Diseño Editorial:
Verena Rodríguez



* Argentina, GT Crisis y Economía Mundial, Investigador FISyP.

